

# Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia

Felipe Simão Pontes e Gislene Silva

**Resumo:** Peter Berger e Thomas Luckmann, em *A construção social da realidade* (de 1966), e John Searle, em *Mente, linguagem e sociedade* (de 1998), estão preocupados em estabelecer como a realidade social é instituída. Esta problemática traz complexidade para o campo do jornalismo, quando pensado como instituição dessa mesma realidade. O esforço deste texto é duplo: aproximar os conceitos e a estrutura argumentativa de Berger e Luckmann dos de Searle e pensar o jornalismo como uma instituição plena, historicamente fundada e que, por isso, não apenas institui a realidade social, mas também é instituído por ela. Com base no pressuposto de que o jornalismo se sustenta na linguagem para compor a realidade da notícia, discutiremos aqui a necessidade social de notícia, considerando como o jornalismo é instituído e reconhecido socialmente e como ele se organiza e interioriza suas funções interferindo na realidade social.

**Palavras-chaves:** jornalismo, realidade, construção, sociedade.

**Abstract:** *Journalism and reality: on society's need for news.* Peter Berger and Thomas Luckmann in *A social construction of reality* (1966), and John Searle in *Mind, language and society* (1998) are interested in determining how social reality is established. This question renders the field of journalism complex when it is seen as an institution of the same reality. The aims of this paper are twofold: to approximate Berger and Luckmann's concepts and argumentative structure to those of Searle, and to view journalism as a complete, historically founded institution, which therefore not only creates social reality but is also created by it. Based on the presupposition that journalism uses language to make up the reality of news, we will discuss here society's need for news, considering how journalism is created and recognized socially and how it organizes and internalizes its functions by interfering in social reality.

**Key words:** journalism, reality, construction, society.

## Introdução

A relação intrínseca do jornalismo, tal como o conhecemos no modelo hegemônico do último século, com a realidade tem sido uma das principais questões para se pensar teoricamente o fenômeno jornalístico. Para complexificar a sustentação que as práticas e as teorias do Jornalismo têm nas coisas do ‘mundo real’, pretendemos, neste estudo, percorrer alguns pontos de afastamento e também de aproximação de Peter Berger e Thomas Luckmann, em *A construção social da realidade* (de 1966), junto a John Searle, em *Mente, linguagem e sociedade* (de 1998). Essa leitura conjunta, supomos, contribui para refletirmos melhor nas implicações da objetividade jornalística na constituição da Teoria do Jornalismo. Partimos, aqui, da concepção de jornalismo como uma instituição plena, historicamente fundada e que, por isso, não apenas seria instituinte da realidade social, mas, igualmente, também instituído por ela. Dentro dessa grande angulação, veremos discutir a *necessidade social de notícia*. Assim, consideraremos como o jornalismo é instituído e reconhecido socialmente; depois, como ele se organiza e interioriza suas funções interferindo na realidade social; e, por fim, como utiliza a língua para transmitir fatos e, com isso, compor uma parte da realidade da notícia.

É importante ressaltar que nenhuma das obras faz referências diretas ao jornalismo e que, para a área, o mais visível nas propostas teóricas desses autores tem sido a contraposição entre os conceitos de *construção social da realidade* e *construção da realidade social*. Berger e Luckmann, partindo da Sociologia do Conhecimento, buscam retratar, com base em Alfred Schultz, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Herbert Mead, como a ação subjetiva humana é capaz de criar fatos objetivos que, por sua vez, interferirão na subjetividade dos homens. Searle também vai buscar em Max Weber e Herbert Mead os fundamentos para explicar como uma ação ontologicamente subjetiva, produzida a partir da mente, gera fatos institucionalmente objetivos, sustentando-se na Filosofia da Linguagem e da Ciência. E não são poucos os textos e as teorias de Jornalismo que referenciam a construção da realidade pelo discurso da mídia e do jornalístico. Traquina (2004), inclusive, classifica uma das vertentes teóricas do jornalismo como *construcionista*<sup>1</sup>. Porém, muitas das abordagens construcionistas restringem suas análises à emissão da notícia, destacando as relações profissionais e políticas e deixando de lado o papel do público e da sociedade na constituição do jornalismo.

Na comparação do pensamento desses autores, encontramos convergências, o que rivaliza com o posicionamento de muitos estudiosos desse tema. Um exemplo pode ser percebido no conceito de *realidade*. Para Searle (2000, p.18), “há um mundo real independente de nós, independente de nossas experiências, pensamentos, linguagem”. Berger e Luckmann (2007, p. 11) definem *realidade* como “uma qualidade pertencente

<sup>1</sup> Especialmente em decorrência da abordagem de Gaye Tuchmann em *Making News: A Study in the Construction of Reality* (1983). Ver também Gadini, S. (2007).

a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição”. Outro ponto fundamental é que a *realidade social* não é totalmente dependente da volição de um indivíduo, mas existe antes dele. Berger e Luckmann (2007, p.33) demonstram esse posicionamento principalmente quando se referem ao conceito de Durkheim que aponta os fatos sociais como coisas. Contudo, mesmo entendendo que o indivíduo não tem o poder de mudar facilmente a realidade social, as duas obras afirmam que essa mesma realidade social é, parcialmente, um produto humano, ou seja, foi tecida pela humanidade ao longo da história. Marca disso é que a base teórica de Searle (2000, p. 157) para a compreensão de realidade social é Max Weber e Herbert Mead, autores que estudam respectivamente a ação subjetiva na realidade e a internalização dessa realidade pelos indivíduos. Vale destacar que Berger e Luckmann também devotam tal compreensão da realidade social a partir dos dois autores. Porém, como tem sido mais facilmente percebido, Berger e Luckmann estruturam sua colocação de constituição da realidade social diferentemente de Searle. Enquanto Searle parte da mente para a sociedade, Berger e Luckmann partem da ação do sujeito para a sociedade e desta para o processo de internalização subjetivo. Para os autores, o ambiente sócio-cultural é concomitante ao processo de desenvolvimento biológico do homem. Não que Searle tenha negado isso, mas, simplesmente, não tratou o assunto com esse foco. Berger e Luckmann também não privilegiaram a ótica da mente ontologicamente, o que faz as análises parecerem mais complementares do que dissidentes.

## Searle e a construção da realidade social

Searle (2000) parte da mente humana para compreender como a realidade social torna-se objetiva. Considera, assim, que a realidade social é, em parte, constituída por uma dependência da intencionalidade humana. Exemplificando, a crença inquestionável em que dinheiro é dinheiro transforma um pedaço de papel e tinta em dinheiro. No jornalismo, uma notícia publicada transmite um acontecimento e o leitor acredita que aquilo realmente aconteceu sem ter presenciado o fato. Decorrente desse ponto de partida, Searle (2000, p. 107-108) tenta responder três questões pertinentes à relação subjetivo-objetivo: (a) qual é o conteúdo dessa crença circular (dinheiro é dinheiro porque se acredita que é dinheiro e acreditamos no que é dinheiro porque dinheiro é dinheiro); (b) como a realidade institucional pode funcionar de maneira causal (por exemplo, como as notícias possuem uma eficácia causal de influenciar a vida das pessoas?); e (c) qual o papel da linguagem na realidade institucional?

Ao responder essas perguntas, Searle toma ontologicamente a constituição biológica da mente humana. Primeiramente, compreende que a mente tem o papel de proporcionar certas formas de relação com o meio ambiente e com as outras pessoas, tendo essa relação o nome de *intencionalidade*. Searle (2000, p. 83) conceitua a intencionalidade

como um “termo genérico para todas as formas pelas quais a mente pode ser dirigida a, ou referir-se a objetos e estados de coisas no mundo”. Portanto, a mente é uma estrutura biológica que dá a abertura para a recepção e a reflexão do mundo das coisas. A partir desse conceito de intencionalidade individual, Searle (2000, p. 110) cunha o conceito de *intencionalidade coletiva*, uma forma de relação da mente com o mundo sob a égide de um “nós” participante e social. Seria uma disposição de cada homem em pensar sob o formato de “nós”, diferente de pensar sob o formato “eu”. Para se fazer jornalismo, o jornalista partiria de uma *intencionalidade coletiva* ao pensar o que é notícia, tomando no histórico da atividade o modo de relatar, o que reportar, como selecionar as fontes etc., assim como os leitores partiriam de uma *necessidade coletiva de informação*, discussão e participação na sociedade.

Depois, levanta também como necessária para a construção de uma realidade institucional a capacidade humana de *atribuir funções* aos objetos. Neste caso, *função* não é uma qualidade do objeto, mas depende de agentes que a determinem. Muito próximo ao conceito de ator social weberiano, Searle (2000, p. 114) observa que a *função* só existe como atribuição, não é natural, ou seja, todas as instituições humanas são decorrentes de *funções de status*. Assim, o jornalista possui uma função atribuída externamente a ele e aceita por uma comunidade que o aprova como tal. Portanto, o jornalismo possui uma função dependente de um contexto de aceitação coletiva.

Por fim, como terceira variante, trata das *regras constitutivas*. Elas regulam atividades já existentes ou constituem uma atividade regulada por elas. Assim, o jornalismo regula uma forma de contar determinados acontecimentos que as pessoas já contavam de modos diferentes. O ato de imprimir um texto sobre um acontecimento com a intenção primaz de difundí-lo fez o jornalismo surgir. As outras maneiras de contar não desapareceram. Exemplificam isto as trovas, os provérbios, as músicas, as atas públicas, os autos de inquérito etc. Contudo, ao pensar na instituição do conceito de manchete, algo muda. Não estamos mais falando de um universo de formas de contar, mas de uma regra constitutiva e participante do modo de fazer jornalismo. As regras decorrentes de regras estabelecidas anteriormente são, na visão de Searle, a principal razão da complexificação das normas, da instituição de funções de *status* e da naturalização de uma realidade social.

A partir dessa tríplice conceituação, Searle (2000, p. 123-125) responde as três perguntas decorrentes do seu principal problema (realidade epistemologicamente objetiva a partir de uma subjetividade ontológica). A crença circular é eliminada diante da ação pragmática representada por uma palavra-conceito. Assim, dinheiro é dinheiro não porque as pessoas pensam que dinheiro é dinheiro, mas porque a palavra dinheiro substitui uma série de práticas intencionais e históricas como um meio de troca, um estoque de valor, um mecanismo de pagamento etc. O jornalismo poderia ser usado no mesmo exemplo, contudo, como uma palavra-conceito que resume outras práticas. O segundo problema é resolvido pelo poder inerente à *aceitação coletiva*. Pensando desse modo, as notícias

possuiriam uma causalidade justamente pelo poder conferido a ela por essa aceitação coletiva. Já a terceira proposição é respondida pelo poder performático da linguagem, ou seja, certas expressões representam ações, como a lei, a declaração de uma guerra ou, no caso, aqui, uma manchete.

## Berger e Luckmann e a construção social da realidade

Os sociólogos Berger e Luckmann partem da premissa de que o homem coloca todo seu equipamento biológico na criação de uma ordem social. Isso não significa que essa ordem social possa ser vista como natural, independentemente do homem. A realidade afronta o homem de maneira objetiva, passando por um processo de produção que os autores chamam de objetivação. Esse processo é desencadeado por hábitos comuns em atividades diversas capazes de gerar uma economia de esforços. Essa economia de esforços é repassada para as gerações subsequentes como uma maneira pronta de enfrentar certas condições da realidade. A institucionalização ocorre a partir do momento em que há uma tipificação recíproca de ações habituais por um determinado número de atores (BERGER & LUCKMANN, 1966, p. 79), ou seja, quando ocorre uma *aceitação coletiva* de uma dada *atribuição de função*. Logo, ao ser instituído socialmente, um dado fato automaticamente gera *regras* que lhe constituem (*regras constitutivas*). Com a historicidade, os fatos institucionais ganham um caráter de objetividade, dando a eles uma existência fora do indivíduo, uma realidade com a qual ele se defronta de maneira análoga à realidade do mundo natural (BERGER & LUCKMANN, 1966, p. 84-85).

Os autores acreditam em um processo circular e contínuo entre exteriorização, objetivação e interiorização. Os indivíduos, em sua relação com o mundo e uns com os outros, estabelecem ações tipo, que, padronizadas, geram uma economia de esforços; ao serem transmitidas para outras gerações, possuem uma historicidade; e, ao demarcarem uma divisão do trabalho, constituem regras. Ao se tornarem especializados, históricos e regulares, tais fatos são naturalizados como objetivamente reais, geram um conhecimento a eles inerente e um processo de legitimação, passando a compor a realidade da vida cotidiana dos indivíduos. Trazendo essa relação do todo para a localização de um único indivíduo, é possível verificar que essa realidade é interiorizada e influencia a formação das identidades, ao mesmo tempo em que coloca os indivíduos nos papéis de exteriorização e legitimação dessa mesma realidade.

Para demonstrar sua *construção social da realidade*, Berger e Luckmann se detêm em três conceitos macroestruturais: (a) os fatos da sociedade se apresentam aos homens como coisas, ou, como explica Durkheim, “constituem uma realidade *sui generis* muito distinta dos fatos individuais que a manifestam” (2007, p. 35). Por exemplo, o jornalismo possuiria uma realidade independente de qualquer ator individual, ainda que esse fosse o maior dono de conglomerados de mídia do mundo. (b) Por outro lado, lembrando Max

Weber, a sociedade é constituída pela atividade que expressa um significado subjetivo, ou seja, a realidade social é vivida pelo indivíduo que age nela. Nesse aspecto, tomando o exemplo anterior, é necessário que as pessoas reconheçam o que é o jornalismo para que este exista num mundo de leitores e que algumas dessas pessoas se especializem e tomem essa prática profissional como parte de sua subjetividade. Portanto, há um processo de ação no jornalismo e interiorização dessa ação na consciência dos indivíduos. (c) Dois aspectos contraditórios (a realidade independente dos indivíduos x a realidade dependente dos indivíduos) são reunidos pelo conceito relacional da *dialética* a partir da concepção marxista desse termo. Portanto, Berger e Luckmann (2007, p. 243) apontam que “essa integração exige a sistemática consideração da relação dialética entre as realidades estruturais e o empreendimento humano de construir a realidade na história”. Assim, tanto a realidade objetiva (externa ao indivíduo) quanto a subjetiva (interna ao indivíduo) compõem o que é a sociedade, tendo por força motriz desta a relação dialética entre cada realidade.

## Da necessidade social de notícia

Nota-se, a partir do exposto de cada obra, a congruência existente entre o processo de exteriorização e constituição da objetividade em Berger e Luckmann e o movimento de institucionalização da realidade a partir da ontologia subjetiva proposto por Searle. Os conceitos de realidade são os mesmos e as atribuições ao social referendadas de modo semelhante. A inversão de Construção Social da Realidade para Construção da Realidade Social de Searle, ao que parece, serve para expressar o realismo externo explicitamente. Realismo que, por sua vez, não é negado por Berger e Luckmann. Vale lembrar, ainda, que Berger e Luckmann não privilegiam apenas as verdades científicas ou as teorias para comporem a obra, assim como Searle não está preocupado apenas com o contexto da justificação para explicar sua realidade social. Ainda que ele traga estudos sobre a mente para fundamentar sua ontologia subjetiva, ao passar para a epistemologia objetiva vai buscar informações também nas situações do dia-a-dia. O que vale, a título de comparação, é que as obras partem de uma aceitação coletiva de determinada ação que, por sua vez, institui regras transmitidas historicamente e que são complexificadas ao longo dessa mesma história, ou seja, o processo de construção possui a mesma estrutura para os três autores. Além disso, os conceitos de realidade são os mesmos e as atribuições ao social, igualmente referendadas.

Partindo dessa recuperação teórica para iniciar um questionamento sobre o papel do jornalismo na realidade social, elegemos algumas premissas. Primeiramente, tomamos o jornalismo como produto de uma prática humana cultural e social. Ele é também resultado de um processo de institucionalização e, por isso, experiencia uma história que mostra sua dinamicidade, suas mudanças e complexificações. Possui inferência causal sobre os

indivíduos a partir de sua prática. É fenômeno de linguagem, agindo no mundo de maneira performática, assim como transmite um fato da realidade. Por todas essas considerações, o jornalismo deve, então, ser visto como um sistema completo, uma instituição plena na sociedade. Para essa integralização do jornalismo em sua existência na realidade, é preciso verificar a forma com que ele é instituído e reconhecido socialmente, como ele se organiza e endogeniza suas funções interferindo na realidade social e como ele utiliza a língua para compor uma parte da realidade da notícia. Essa tríplice divisão do que é o jornalismo não corresponde a etapas estanques, mas a uma teorização que visa compreender a dinamicidade de seu funcionamento. Tais dimensões agem simultaneamente e estabelecem a trama necessária para a existência do jornalismo ao longo da história na realidade social.

É possível aceitar a idéia de que o poder causal do jornalismo e o motivo de sua existência não estão apenas localizados nas redações, não estão somente nas salas dos editores-chefes, de presidentes de empresas ou de forças políticas. A construção da realidade social ou social da realidade no jornalismo não pode ser vista apenas do ponto de vista de quem o produz. Se a realidade social somente for abordada a partir dos modos de apuração da notícia e das intencionalidades de seus profissionais, a integralidade da instituição jornalística fica mal compreendida; e a participação do campo jornalístico na sociedade torna-se subsumida a um jogo de “construtores da realidade cotidiana”, em que os indivíduos ganham um poder maior do que o papel que desempenham – asserção que o pensamento de Berger e Luckmann, em nenhum momento, parece sustentar. A instituição do que é o jornalismo não surgiu apenas da necessidade de emissão de assuntos a uma esfera pública de interessados. O jornalismo deve ser visto como uma instituição do público e não apenas para o público.

Existem algumas versões para o surgimento do jornalismo que podem ilustrar duplamente o que queremos dizer. Trataremos de duas delas. A primeira aponta que o jornalismo (ou um protótipo dele) teria surgido no Império Romano, tornando-se mais eficiente com o crescimento político dos reis pós-feudalismo. Esse tipo de jornalismo pode ser denominado imprensa política oficial. Antes de pensarmos que esse tipo de imprensa surge com o intuito único do poder político de difundir suas ações e a versão oficial dos fatos, cabe lembrar que o poder do governante muitas vezes foi confirmado por outras formas de legitimação (como a religião ou a guerra), mas precisou, em um dado momento, de uma outra forma: tornar público os atos governamentais. Isso não indica apenas uma ação do governante para inserir sua versão dos fatos e instituir sua realidade de governo, mas demonstra também uma mudança no público que passa a querer saber o que seu governante está fazendo e a notar que existe um governante.

A segunda versão, mais aceita, complementa muito a primeira, se seguirmos com a mesma forma de raciocínio. Trata-se da emergência de uma nova classe, no caso, a burguesia, que passa a ter necessidade de informações cada vez mais qualificadas para

expandir seus negócios e gerir um mundo que passa por um processo de expansão do saber a partir do Renascimento, surgimento da imprensa, descoberta do novo mundo e queda do feudalismo. Essa comunicação teria começado através de cartas transmitidas por um portador burguês, mercador, mascate, que as entregava ou transmitia um recado, trazia uma encomenda, aproveitava para relatar a situação de vilarejos por onde passava, contava acontecimentos inusitados, comercializava histórias e mercadorias. Quanto mais o comércio crescia e se desenvolvia, mais as informações circulavam e mais elas tornavam-se importantes, visto que a situação de vilarejos passa a ser a situação de cidades e reinos e as cartas entre poucos indivíduos passam a interessar a grupos cada vez maiores. Nota-se, contudo, que o jornalismo, nesse caso, não surge exclusivamente por causa da burguesia. A matriz dessa necessidade de notícias não está apenas nos interesses do mediador, mas também no interesse das pessoas que recebem as informações. Provavelmente, muitas informações atraíam mais os compradores do que as próprias mercadorias. Esse interesse por histórias remonta às trovas, às canções, aos provérbios, aos mitos e à literatura em geral. O jornalismo possui uma herança, portanto, das formas elementares de comunicação e de registros humanos que possuem uma participação na vida das pessoas e no modo de entendimento social que elas tecem. Com a diferença que o jornalismo permite que as pessoas constituam um dado conhecimento de uma realidade presente (não decorrente de uma memória dos antepassados) e, ao mesmo tempo, indireta (visto que, muitas vezes, as pessoas não têm contato com o fato acontecido, mas com o relato feito sobre ele).

Pode-se dizer, levando-se em consideração as hibridações de cada tipo, que a primeira versão está para o jornalismo político e de opinião e a segunda para um jornalismo que evidencia, como nomeia Hughes (1940), as “histórias de interesse humano”. É possível que ocorra uma refutação direta dessa conclusão – refutação correta, por sinal. Ela seria que a imprensa oficial não poderia desembocar no jornalismo político e de opinião, visto que a burguesia é a principal atriz desse segmento nos séculos seguintes. Pode-se, no entanto, modificar um pouco as duas versões apresentadas. A primeira versão seria a de que o jornalismo surge a partir de um interesse político da população, que nasce da possibilidade de contestação da versão governamental, o que exige uma constante divulgação dos fatos políticos. Atesta-se que isso não exclui – ao contrário, potencializa – o surgimento de versões discordantes e de disputa pelo poder (dependendo, é visto, de outras conjunturas para que tal disputa ocorra). A segunda versão seria a de que as pessoas possuem uma curiosidade pelo diferente, pelo desconhecido, pelo passional e buscam formas para alicerçar sua realidade a partir desses fatos. O jornalismo torna-se um grande espaço de justificação, pois, diante de sua circulação crescente, a necessidade da confirmação desses fatos torna-se igualmente cada vez maior. Essa pequena mudança de foco possibilita afirmarmos que são essas as duas matrizes sociais que fundamentam o interesse dos leitores pelos jornais e as razões de existência do próprio jornalismo. Tal entendimento relativiza o conceito de jornalismo como uma atividade social que visa



informar o público em geral e passa a considerá-lo dentro de uma esfera muito maior de atuação, visto que caracteriza também a necessidade do público em querer se informar. Podemos chamar essas duas matrizes de *necessidade social de notícia*.

Ao longo da história, essa prática se desenvolveu e aguçou ainda mais a perspicácia do público pelas notícias. É com a *necessidade social de notícia* que o jornalista trabalha, é por essa necessidade que sua função foi criada e por ela que recebe poder para executar suas atribuições e receber uma credibilidade de seu público<sup>2</sup>. Relembrando o que citamos antes, o jornalista e o público trabalham em um processo de retroalimentação, e a análise separada e ordenada (primeiro jornalista e depois o público ou vice-versa) não responde ao viés dinâmico do jornalismo como prática que possui a construção da realidade social como matéria-prima.

A partir dessa perspectiva, o jornalismo não trabalha apenas com a realidade cotidiana, mas com a realidade *in totum*. Consideramos a visão de Berger e Luckmann em separar afirmações científicas de atribuições cotidianas, porém, no nosso modo de ver, tanto uma quanto a outra são interpretações da mesma realidade e ambas interessam ao jornalismo. A descoberta do código genético do DNA é tão notícia quanto um assassinato ocorrido numa esquina qualquer do país. Ambas as informações podem ser classificadas como científicas e cotidianas. A primeira vem da Genética e a segunda do Direito Penal. Ambas possuem um composto ético e moral e são passíveis da compreensão cotidiana. As duas são vistas pelo viés do sensacional (entretenimento) e racional (ser político). O jornalismo até pode ser visto como um conhecimento diferente do científico e do cotidiano (como aponta Meditsch, 1992), mas essa diferença pode inibir compreensões mais amplas e deixar escapar o papel do jornalismo. Se ele é diferente é justamente porque une essa realidade como uma só, o que, de fato, ela é.

Contudo, essa afirmação gera uma segunda e ainda mais polêmica discussão: como é o processo de transmissão de um fato ou acontecimento por um jornalista para um público? Ele transmite o acontecimento tal qual este se apresenta? Ele constrói o fato a partir de sua subjetividade? O jornalista não tem poder sobre os acontecimentos devido às pressões que sofre e à rotina que o regula? Ele não transmite a realidade e nem a constrói porque não possui gerência sobre a sua linguagem e sobre o processo interpretativo do outro? Para uma avaliação da ligação da notícia com a realidade, consideram-se todas as assertivas, ainda que elas possam se desdobrar em outros questionamentos.

Seria preciso, antes, pensar em alguns acordos conceituais, considerando *fato* qualquer fenômeno que acontece no mundo ontologicamente, independente de qualquer valor subjetivo; *acontecimento* todo fato que possui um impacto causal sobre a vida de muitas pessoas ou geram uma necessidade social pela notícia (entretenimento ou política); *relato* qualquer tipo de narração de um dado acontecimento ou fato; *notícia* o produto do tratamento dado pelos meios de comunicação jornalísticos em certo espaço e tempo a

<sup>2</sup> Comparar com a posição de Schudson (1995, p. 01-33).

acontecimentos e relatos; *jornal* (independente do suporte) o meio pelo qual são divulgadas as notícias, suas implicações na realidade e as opiniões de pessoas com algum *status* social. O jornal também é composto pela publicidade (de produtos, pessoas e empresas) e pelo entretenimento extrajornalístico (jogos, programação de tv, horóscopo etc.). O *jornalista* seria, então, um *papel* ou uma *função de status* que foi criado socialmente para identificar *acontecimentos* e transmiti-los sob a forma de *notícias*.

Não se pode questionar a existência de um *fato*. Ele acontece independente de qualquer vontade, ou seja, todo *fato* é real. Um *fato* só não existe quando não acontece. Nessa esfera, é possível aplicar puramente a lei da correspondência, visto que a verdade de um *fato* está só e exclusivamente se o *fato* aconteceu. Contudo, o jornalismo trabalha com *fatos* especiais, mas, precisamente, com *acontecimentos* e *relatos*, o que implica uma realidade social (uma realidade dependente dos observadores, como aponta Searle). Já eliminamos uma assertiva direta: se não há *fato*, não há jornalismo. Por sua vez, todo *acontecimento* é uma notícia em potencial. E todo *acontecimento* é um fato que interessa ao público por possuir elementos que compõem a *necessidade social de notícia*. O *acontecimento* é uma qualidade dada a um fato a partir da trama social de um dado grupo, ou seja, todo *acontecimento* é construído socialmente, relacionado com a história e representa uma *interjeição* ao processo de legitimação da *epistème* social. Assim, é *fato* que uma pessoa jogou uma pedra e acertou o olho de uma criança. É *acontecimento* quando uma pessoa adulta fez mira com uma pedra e acertou o olho de uma criança. Nota-se que o *fato* é apenas uma relação de correspondência binária (pessoa com a pedra, pedra com o olho) e o *acontecimento* é uma relação que depende de um *interpretante*, ou seja, uma relação terciária, que Peirce (1977, p. 27) chama de mediação (existe uma moral que é relacionada com o ato de uma pessoa acertar uma pedra no olho de uma criança).

O *jornalista* é o ator eleito socialmente para fazer a função de *mediação* de um fato, interpretando-o à luz da realidade social que cerca seu público, determinando-o como *acontecimento* e tratando-o sob a forma da *notícia*. A produção da *notícia* envolve três pilares básicos: *tempo*, *espaço* e *importância*<sup>3</sup>. Um *acontecimento* é *notícia* em sua relação com o tempo de produção da equipe, com a periodicidade do veículo, com hora de reunião de pauta e fechamento. Pela *relação espacial* que envolve o trabalho jornalístico, já que, como aponta Lippmann (2004, p. 183 e 184), o jornalista não pode estar em todos os espaços ao mesmo tempo. Ainda, existe a quantidade de páginas disponíveis no jornal, o aspecto de difusão das notícias (que envolve certa região de cobertura) e a determinação de um público (por exemplo, um jornal municipal em oposição a um jornal estadual). Esses dois apresentam restrições físicas de apuração de *acontecimentos* e de produção da *notícia*. O pilar *importância* é a maneira pela qual os jornalistas selecionam

<sup>3</sup> Pode-se traçar um paralelo dessas três categorias principais da notícia com os quatro elementos fundamentais do Jornal descritos por Otto Groth (BELAU, 1966). O tempo e o espaço são duas características da forma do jornalismo, correspondendo às categorias de periodicidade e difusão. A importância é correspondente à universalidade. Por sua vez, a atualidade é uma categoria de Groth que une tempo, espaço e importância.

os acontecimentos possíveis de serem transformados em notícia e os ordenam dentro de uma hierarquia no jornal.

A seleção e o ordenamento dos acontecimentos na materialização do jornal não envolvem apenas o repórter, mas uma equipe de jornalistas (pauteiros, repórteres, editores etc.) que determina as editoriais, as possíveis pautas do dia, a seleção do que vai para a capa ou para as chamadas, as manchetes, o tamanho ou o tempo que a notícia terá no jornal etc. Ainda existe outro fator de controle para que a notícia siga uma importância dada pela demanda do público resumido no conceito de *comunidade interpretativa* de Barbie Zelizer (2000), ou seja, os jornalistas controlam o trabalho uns dos outros a partir de interesses objetivos presentes na *necessidade social de notícia*.

Para fechar a compreensão do jornalismo como instituição plena da realidade, é fundamental tomarmos a linguagem, complementando também o percurso trabalhado no processo de relação do jornalista com o fato, ao conceituar *relato*. Como aponta Gomes (2000, p. 13), o jornalismo é um fato de língua, visto que só pode existir dentro de um código simbólico comum a um determinado grupo social. Portanto, é visto que o jornalismo possui limitações próprias da linguagem tais como não esgotar a realidade ontológica de uma cena ou, em certa medida, como aponta Bakhtin (1996, p. 33), refratar essa mesma realidade por causa do conhecimento que cada indivíduo ou grupo assume diante de um dado *universo simbólico*. Interessa-nos, todavia, o trabalho do jornalista em contar um dado acontecimento e as estratégias decorrentes desse ato.

Existe uma positividade inerente ao campo jornalístico que transforma um *acontecimento* em um *relato* jornalístico. Um acontecimento de interesse público exige o relato para que o conhecimento ocorra. Ele só terá existência significativa se transformado em narrativa, em relato. O jornalista, além de ser o identificador e selecionador de um acontecimento, é aquele que possui a tarefa de relatar o acontecido, de trazê-lo para a esfera de existência simbólica e produzi-lo a partir do referencial próprio do ato de fazer a notícia. A linguagem, portanto, é o fecho simbólico dessa relação entre a constituição do jornalismo pela realidade social e a contribuição do jornalismo para a institucionalização e legitimação da realidade social.

A revisão dos principais conceitos inerentes à *construção da realidade social* e à *construção social da realidade* traz muitas reflexões para os estudos do Jornalismo. Talvez o resultado mais importante dessa relação seja a caracterização do jornalismo como uma instituição plena na realidade, que envolve não apenas a produção da notícia, mas também sua fundamentação no público e a pertinência de sua linguagem. É incoerente pensar o jornalismo apenas pelo viés de sua interferência na realidade social, esquecendo que este também é produzido pelas demandas dessa realidade e com uma história que justifica, por vezes, seu modo de ação na atualidade.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. (1996) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BELAU, Angel F. (1966) *La ciencia periodística de Otto Groth*. Pamplona (Espanha): Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (2007) *Construção social da realidade*. 26ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- DURKHEIM, Emile. (2000) *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- HUGHES, Helen M. (1981) *News and the human interest story*. New Brunswick (USA) and London: Transaction Books. Original de 1940.
- GADINI, Sérgio L. (2007) Em busca de uma teoria construcionista do Jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. IN: Revista FAMECOS nº 33. Porto Alegre: PUCRS.
- GOMES, Mayra R. (2000) *Jornalismo e filosofias da linguagem*. São Paulo: Edusp.
- LIPPMANN, Walter. (2004) *Public opinion*. Mineola - NY: Dover Publications. Original de 1922.
- MEDITSCH, Eduardo. (1992) *O conhecimento o jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC .
- PEIRCE, Charles S. (1977) *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- SCHUDSON, Michael. (1995) *The power of news*. Cambridge/ London: Harvard University Press.
- SEARLE, John R. (1994) *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_.(2000) *Mente, linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed Rocco.
- \_\_\_\_\_. Existe il mondo reale? In: *La costruzione della ealtà sociale*. P. 199-221.
- TRAQUINA, Nelson. (2004) *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são* - Vol. 1. Florianópolis: EDUFSC.
- TUCHMANN, Gaye. (1983) *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A.
- WEBER, Max. (2003) *Ciência e Política*. São Paulo: Martin Claret.
- ZELIZER, Barbie. (2000) *Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa*. IN: TRAQUINA, Nelson (org). *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa, p. 34-61.

GISELENE SILVA é professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

gislenedasilva@gmail.com.

FELIPE SIMÃO PONTES é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

felipe271184@yahoo.com.br.

*Artigo recebido em junho  
e aprovado em setembro de 2009*